SUFIXOS AVALIATIVO –INH– /–ZINH– EM PORTUGUÊS: DA MORFOLOGIA À PRAGMÁTICA DA IRONIA VERBAL

Aline Maria Bazenga
Universidade da Madeira /CLUL
aline@uma.pt

Resumo: *Em português, os sufixos diminutivos –inh– / –zinh–, ditos avaliativos, são caracterizados por uma grande variabilidade de sentidos. A presença de um item lexical com estes sufixos num enunciado pode, sob determinadas condições, veicular um sentido irónico. Para que tal ocorra, uma complexidade de conhecimentos linguísticos e contextuais devem ser partilhados pelos participantes da interação verbal. A sua descrição realiza-se, neste trabalho, através da articulação de diferentes contributos teóricos relativos às especificidades/propriedades morfológicas, semânticas e pragmáticas deste tipo de sufixação, numa abordagem multidimensional.*
Palavras-chave: ***Sufixação avaliativa; sufixos –inh- / -zinh-; ironia verbal; abordagem multidimensional.***

Abstract: *In Portuguese, the evaluative suffixes –"inh"-/-"zinh"- are characterized by a great variety of meanings. In an utterance, under specific situations of verbal interaction, the presence of a lexical item with the -"inh"-/-"zinh"- suffixe can convey an ironic meaning. For this to occur, a complexity of linguistic and contextual skills must be shared by the verbal interaction participants. One's goal here is to propose a description of this complexity, as a multidimensional approach, by combining different theoretical contributions on the morphological, semantic and pragmatic properties of this type of suffixation.*
Keywords: ***evaluative suffixation; the suffixes –"inh"-/-"zinh"-; verbal irony; multidimensional approach.***

Introdução

Considerada desde a Retórica Clássica como uma figura de estilo, pela qual se quer simular ignorância, ao fazer entender o contrário do que se diz, a Ironia (do latim *ironia*, *-ae*, do grego *eironeía*, *-as*) tem sido estudada em Linguística, nomeadamente em Pragmática, disciplina cujo objeto incide sobre a descrição das regras de uso da linguagem e a formulação de modelos explicativos da comunicação verbal, entendida como atividade intersubjetiva e prática social (Recanati, 1987). Nesta perspetiva, a análise de um ato verbal irónico deve fornecer, entre outros

aspetos, uma explicação para o modo como os falantes conseguem entender um enunciado, compreendendo mais do que as expressões linguísticas significam.

Os afixos avaliativos em português, que incluem os afixos diminutivos e aumentativos, para além de serem em grande número e o seu uso de grande vitalidade, prestam-se à expressão de uma grande variedade de sentidos. Dentro do conjunto dos diminutivos, destaca-se o sufixo *–inh-* (Skorge, 1956), pela sua produtividade, sobretudo na língua falada. A adjunção deste sufixo a uma forma de base pode veicular uma multiplicidade de valores semânticos, como em (1):

(1) a. Esta *casinha* (= pequena casa) não serve para uma família numerosa.
b. Depois de uma longa viagem adoro voltar à minha *casinha*
(= querida casa) (*in* Villalva, 2010: 788)

Este sufixo, para além de funcionar como uma expressão de grau, com sentido equivalente a "pequeno X", em (1a.), pode ainda traduzir uma relação de empatia por parte do Locutor, relativamente ao objeto de referência, em (1b.), ou uma apreciação valorativa, apreciação que poderá ser também depreciativa/irónica, sob certas condições interlocutivas, como exemplificado em (2):

(2) Se visses a *casinha* (= uma casa enorme) que o Pedro comprou!

O sufixo avaliativo *–inh-* pode ainda desempenhar, de acordo com Villalva (2010: 788), funções 'retóricas', nas quais se inclui, por exemplo, a estratégia de cortesia na formulação de pedidos, com em (3):

(3) *Podes dar-me uma ajudinha*?

Os exemplos de (1) a (3) põem em evidência a natureza avaliativa do sufixo *–inh-,* dito diminutivo, e a relevância da dimensão pragmática. O diminutivo veicula um juízo de valor, em contraste com o facto referencial (objeto, entidade ou evento), conforme as intenções, perspetivas e padrões do avaliador/Locutor, sendo por isso, de natureza inerentemente subjetiva.

A esta variabilidade de sentidos, a qual remete para a questão da unidade na multiplicidade, junta-se a especificidade da afixação com *–inh-* no âmbito da tipologia de processos morfológicos (flexão, derivação, composição), bem como o

tratamento teórico da configuração z- avaliativa correspondente, *-zinh*[1]-. Estes aspetos, de natureza complexa, têm naturalmente impacto nas suas regras de uso, das quais se ocupa a Pragmática.

A descrição do recurso à sufixação avaliativa num ato irónico, especificada no exemplo (2), deverá ter em conta as interfaces morfologia/semântica/pragmática. Para além de contemplar a sua caracterização morfológica, a descrição deste tipo de ato irónico deverá procurar esclarecer as seguintes questões semântico-pragmáticas:

(i) a denotação de base deste tipo de sufixos, correspondendo ou não ao valor "pequeno X";

(ii) o sentido irónico, entendido como uma oposição ao valor formulado em (i), ou seja, a possibilidade da sua interpretação ser "não pequeno X";

(iii) as regras pragmáticas relativas ao modo como se processa a passagem da denotação (i), à conotação ou sentido figurado especificado como irónico, em (ii).

A primeira secção (1) deste artigo descreve algumas especificidades morfológicas da afixação em *–inh- /-zinh-* no âmbito da Morfologia avaliativa e dos seus valores semântico-pragmáticos (1.1). A segunda secção (2), centrada no eixo da interação verbal, aborda questões relacionadas com o processamento da construção do sentido irónico e com as suas condições de sucesso ou de "felicidade"[2], tendo por referência (2.1) a proposta fundamental de Grice (1975) e as abordagens mais relevantes que se lhe seguiram (2.2).

1. Sufixos avaliativos *–inh- /-zinh-*: modificação, adjunção e palavras complexas

A morfologia avaliativa constitui um domínio da morfologia complexo, caracterizado pela intervenção da subjetividade do falante, inscrita na estrutura das palavras. Na perspetiva de Villalva (2010), a singularidade da morfologia avaliativa reside no facto de fazer intervir "afixos modificadores", distintos dos afixos derivacionais:

1 Os afixos avaliativos, nomeadamente os sufixos ditos diminutivos, têm sido objeto de intenso debate na investigação em morfologia, sobretudo no que se refere à questão da sua integração em processos de tipo derivacional ou flexional (Grandi, 2002). No âmbito da morfologia do português, uma outra questão muito discutida relaciona-se com a relação existente entre configurações do tipo *–inh-* e *–zinh-,* e as hipóteses de se tratar de um só sufixo ou de dois. Bisol (2010), recorrendo a dados do português do Brasil, postula a existência de um só sufixo, cuja forma canónica é *–inh-*, o qual se realiza com um [z] epentético, sob determinadas condições estruturais, hipótese que se situa na perspetiva tradicionalmente defendida para o diminutivo em português europeu (cf. entre outros, o trabalho de Skorge (1956), já referido). Neste artigo, esta questão não será discutida, sendo adotada a autonomia do sufixo *-zinh-* relativamente a *–inh-*, preconizada por Villalva (2000).

2 "Felicity Conditions" é um conceito criado por Austin (1962) para dar conta das condições necessárias para a concretização de um *ato de fala*.

(4) a. N→A_{DJ}: form $_{RN}$ →formal $_{ADJ}$
b. A_{DJ}→V: formal $_{RADJ}$ →formalizar $_{V}$
c. V→N: formaliza $_{TV}$ →formalização $_{N}$
d. N→N: formalização $_{N}$ →formalizaçãozinha $_{N}$

Contrariamente ao processo de formação de palavras por derivação (4a. →4c.), a sufixação modificadora, nomeadamente através do sufixo *-inh-* (4d.), não interfere na categoria sintática, preservando, por isso, as propriedades gramaticais da base à qual se junta. Modifica apenas a sua informação semântica, propriedade também partilhada pelos prefixos, como ilustrado em (5) e em (6):

(5) prefixos
a. A_{DJ} →A_{DJ}: humano$_{ADJ}$ →desumano$_{ADJ}$
b. A_{DJ} →A_{DJ}: justo $_{ADJ}$ →injusto$_{ADJ}$
c. V→V: fazer $_{V}$ →refazer $_{V}$

(6) sufixo avaliativo *-inh-*
a. N→N: dedo $_{N}$ →dedinho $_{N}$
b. A_{DJ} →A_{dj}: lindo $_{ADJ}$ →lindinho $_{Adj}$
c. A_{DV} →A_{DV}: perto $_{ADV}$ →pertinho $_{Adv}$

Não sendo determinada pela posição dos afixos, esta propriedade resulta de um processo de "adjunção" de afixos, distinto dos processos derivacional e flexional.

Os afixos modificadores, para além de não alterarem a categoria sintática das formas de base, mantêm também as suas propriedades gramaticais, o que se verifica, por exemplo, na categoria género dos nomes, em (7), em contraste com os afixos derivacionais, em (8):

(7) "afixos modificadores"[3]
a. *-inh-*: livro $_{N[-fem]}$ →livrinho $_{N[-fem]}$
b. *-zinh-*: livro $_{N[-fem]}$ →livrozinho $_{N[-fem]}$
b. *ex-* : marido $_{N[-fem]}$ →ex-marido $_{N[-fem]}$

3 O sufixo *-inh-* integrado em formas verbais, tais como, por exemplo, *escrevinhar*, *cuspinhar*, pode ser considerado um sufixo derivacional e não de modificação. Embora não altere a categoria sintática da forma verbal de base, a adjunção deste sufixo resulta sempre em formas verbais com VT (Vogal Temática) **–a** (Rio-Torto, 2002: 269), correspondente à primeira conjugação, como dão conta os contrastes apresentados em (i), com sufixo derivacional e (ii), com prefixo modificador:
(i) a. escrever $_{VT-e}$ →escrevinhar $_{VT-a}$
b. cuspir $_{VT-i}$ →cuspinhar $_{VT-a}$
(ii) a. ver $_{VT-e}$ →rever $_{VT-e}$
b. polir $_{VT-i}$ →despolir $_{VT-i}$
Tovena (2010) considera que os sufixos diminutivos como em (i) teriam a propriedade de modificar o evento denotado pela forma de base, do mesmo modo que os prefixos modificadores, em *refazer*, *desfazer,* atribuindo-lhe um valor multiplicativo, ou *pluracional,* entendido como uma repetição de sub-eventos. Nos exemplos em (i), este sentido completa-se por uma avaliação depreciativa e, em contexto de uso, por uma intenção comunicativa de reduzir a distância do locutor em relação ao interlocutor.

(8) "afixos derivacionais"
a. *–aça*: calor $_{RN[-fem]}$ →caloraça $_{N[+fem]}$
b. *–agem*: folh$_{RN[+fem, +contável]}$ →folhagem $_{N[+fem, -contável]}$

Tal como referido, os sufixos *–inh-* e *–zinh-* não só preservam a categoria lexical da base à qual se juntam (cf. (7)), como também permitem anular a ambiguidade em género dos nomes pertencentes à classe temática **–e**, propriedade ilustrada em (9):

(9) a. dent**e** $_{[+masc.]}$ →dentinh**o** $_{[+masc.]}$ / dentezinh**o** $_{[+masc.]}$
b. gent**e** $_{[+fem.]}$ →gentinh**a** $_{[+fem.]}$ / gentezinh**a** $_{[+fem.]}$

No entanto, quando estão em causa os nomes de tema **-a**, como em (10) e em (11), apenas o sufixo *-zinh-* é capaz de atribuir à nova palavra os índice temáticos **–o** do masculino e **–a** do feminino, considerados não-marcados em português.

(10) a. atlet**a** $_{[+masc.]}$ →atletazinh**o** $_{[+masc.]}$
b. atlet**a** $_{[+fem.]}$ →atletazinh**a** $_{[+fem.]}$
(11) a. pijam**a** $_{[+masc.]}$ →pijaminha $_{[+masc.]}$ / pijam<u>a</u>zinh**o** $_{[+masc.]}$
b. problem**a** $_{[+masc.]}$→probleminha $_{[+masc.]}$ / problem<u>a</u>zinh**o** $_{[+masc.]}$

Para além desta propriedade, salienta-se o facto de as palavras atemáticas[4] imporem restrições à afixação de *–inh-*, ao admitirem apenas a adjunção de *–zinh-*, conforme os exemplos, em (12).

(12) a. café $_{N}$ →cafezinho $_{N}$ / *cafeínho $_{N}$
b. ladrão $_{N}$ →ladrãozinho $_{N}$ / *ladrãoinho $_{N}$
c. cacau $_{N}$ →cacauzinho $_{N}$ / *cacauinho $_{N}$

Em palavras com tema ø, ou terminadas por consoante, como em (13), esta restrição não se realiza, sendo possível, neste contexto, a junção dos dois sufixos.

(13) a. papel $_{N}$ →papelzinho $_{N}$ / papelinho $_{N}$
b. vapor $_{N}$ →vaporzinho $_{N}$ / vaporinho $_{N}$

4 Palavras atemáticas são palavras terminadas por vogal acentuada (*café* [café]$_{radN}$ + ø $_{it.}$) e por ditongo decrescente nasal ou oral (Villalva (2009), em contraste com palavras onde este constituinte está presente, como em *problema* ([problem] radN + a $_{it.}$).

O sufixo *–zinh-* destaca-se ainda do sufixo *–inh-* pela propriedade de não alterar a estrutura fonológica e acentual (Rio-Torto, 2002: 271-2)[5] da base a que se junta, como é possível constatar em (14):

(14) a. fl[**o**]r $_{N}$ → fl[u]rinha $_{N}$ / fl[**o**]rzinha $_{N}$
b. p[ɛ]rna $_{N}$ → p[ɨ]rninha $_{N}$ / p[ɛ]rnazinha $_{N}$

Assim, contrariamente ao que ocorre com *–inh-*, a junção de *–zinh-* resulta, no entender de Villalva, em "palavras que contêm palavras", ou palavras complexas, que apresentam, em síntese, "características particulares, dado que constituem dois domínios de acentuação, dois domínios de especificação morfológica e dois domínios de especificação morfo-sintáctica" (Villalva, 2009: 12).

1.2 A adjunção de *–inh- / -zinh-*: denotação e sentidos

A adjunção de *–inh- /-zinh-* em palavras que denotam parentesco (*mãezinha*, *paizinho*, *avozinha*) mostram que estes sufixos não podem ser apenas analisados como uma 'diminuição' de quantidade ou de qualidade, isto é como um sufixo de grau, com uma denotação base de "redução de dimensões do referente, a partir de um padrão protótipo de dimensão". Para além do valor 'dimensão', essa denotação pode ser alargada a outros valores igualmente de natureza subjetiva[6], tais como valoração/depreciação e familiaridade, e que requerem conhecimento partilhado da escala de valores nas quais se inscrevem, cuja polaridade (Kennedy, 2001) pressupõe um valor central e estável para a dimensão/estado/relação social.

Segundo a Morfopragmática de Dressler e Merlini Barbaresi (1994, 2001), a significação dos sufixos diminutivos avaliativos não pode ser atribuída

5 Tal acontece também com as palavras formadas com o sufixo *-mente* (cf. *nova* [ˈnɔvɐ] e *novidade* [nuviˈdad], *novinho* [nuˈviɲu] vs *novamente* [nɔvɐˈmẽt]), como assinalado por esta autora. Por outro lado, como também refere Rio-Torto, os z- sufixos partilham com a formação dos advérbios em *–mente* a possibilidade de se juntarem a uma forma de base flexionada (rigorosa- *mente*) e, ao criarem um novo domínio acentual, preservam o anterior, pelo que "se aproximam da composição" (Rio-Torto, 2010).

6 São ainda de referir as palavras em *–inh- /-zinh-* com índices temáticos marginais (*–as/-os*) tais como, os adjetivos *pieguinhas*, *lingrinhas*, *pinguinhas*, o nome *jaquinzinhos* (= carapau pequeno, formado com recurso à eponímia, ou seja, a partir do epónimo de Joaquim), o nome próprio *Carlinhos,* entre outras, e que constituem, de acordo com Villalva, um subconjunto do léxico do português. A este subconjunto, junta-se um outro, constituído por formas lexicalizadas, nas quais se reconhecem os sufixos *–inh- /-zinh-*, mas cujo referente é distinto do referente da forma de base. Fazem parte deste grupo, palavras como *sombrinha* ou como *cravinho* (cravo-da-índia) e outras que, no âmbito da variação lexical, integram variedades geográficas não-padrão do português europeu, tal como alguns dos regionalismos do dialeto da ilha da Madeira (Silva, 1950; Figueiredo, 2011): *abelhinha* (= automóvel particular, táxi), *brinquinho* (= grupo que canta e que baila; instrumento musical), *dentinho* (= aperitivo), *lapinha* (= presépio), *vaginha* (= feijão verde, de *vagem*, nome dado em muitas regiões ao feijão-verde), *braguinha* (= instrumento musical). Neste subconjunto, o sufixo *–inh-* teria por função a construção de novas unidades lexicais, diferente da sua função modificadora, e contribuiria para denominações figurativas, com valores semânticos de tipo relacional (que se parece com) e dimensão (pequena) / qualidade (afetividade).

exclusivamente à dimensão semântica de grau pelo facto de, como já referido, esta dimensão ser variável (cf. palavras, como *mãezinha*, cujo significado não permite uma interpretação de grau). Para estes autores, a semântica e a pragmática constituem duas dimensões do significado que se completam. A análise dos diminutivos deverá contemplar variáveis pragmáticas, tais como: a *situação de fala*, plano no qual são tidos em conta os aspetos gerais e convencionais da comunicação (os papeis dos participantes, hora, lugar) e o *evento de fala,* que diz respeito às interações verbais concretas dos participantes. Avançam, por outro lado, com a hipótese de que a configuração conceptual dos diminutivos deve ser entendida a dois níveis. Ao nível da denotação morfossemântica, situam-se os valores [pequeno], quantitativo e de referência a um tamanho, e [agradável], qualitativo e de referência a uma emoção. Para o segundo nível, morfo-pragmático, preconizam o valor [não sério], metaforicamente relacionado com os valores do nível anterior, entendido como "a strategy for lowering one's responsibility towards the speech act being performed", ou seja, "the speaker or author evaluates the speech act as non-serious, which allows the use of the evaluative diminutive suffix." (Dressler & Merlini Barbaresi, 1994: 144).

Os dois níveis atuam simultaneamente, de acordo com os autores, sempre que ocorre a interação verbal, ou *evento de fala*. O traço [não sério] realiza-se pela intenção de diminuir a formalidade por parte do Locutor, ao reduzir a distância psicológica com o Interlocutor, e a sua própria responsabilidade no ato de fala. Este traço, ao modificar todo o ato de fala e ao combinar-se com os traços [pequeno] e [agradável], bloqueia emoções intensas, sendo também por isso propício, por exemplo, à expressão de Cortesia, através da atenuação de atos de fala considerados mais desagradáveis, tais como pedidos, ordens, recriminações, queixas e ameaças. Os traços morfo-semântico-pragmáticos articulam-se também para se concretizarem em expressão de Ironia, no âmbito de uma "interação cooperativa", na qual o Locutor manifesta a intenção de partilhar com o Interlocutor uma apreciação atenuada e distorcida sobre X. (Dresler & Barberini, 1994: 146-7).

Esta hipótese teórica é suportada por dados de aquisição dos diminutivos em várias línguas, de entre elas o alemão, o italiano, o grego, cujas tendências indicam que os sentidos pragmáticos de valoração afetiva precedem os valores semânticos de grau. Como também apontado por Jurafsky (1996), no âmbito do seu estudo sobre os universais semânticos dos diminutivos, os sentidos pragmáticos parecem estar ligados às interações com crianças e entre crianças. Daí que este autor proponha duas dimensões (semântica e pragmática). A representação conceptual

da polissemia inerente a estes sufixos é modelada em termos de rede radial, a partir das categorias prototípicas centrais [Criança] e [Pequeno]. As variadas extensões conceptuais são conectadas por relações metafóricas e inferenciais.

Mais recentemente, o modelo de Fradin (2003) que, tal como o estudo de Jurafsky, também se inspira de Lakoff (1987) e da abordagem do significado em termos de rede polissémica, propõe três níveis de análise dos diminutivos:

- **i** o polo "Referente", de tipo descritivo e com uma estrutura escalar, no qual estão reunidas as propriedades constitutivas e funcionais da entidade modificada pelos sufixos *–inh-/-zinh-*;
- **ii** o polo "Locutor", a partir do qual se obtêm os efeitos de sentido induzidos pela sufixação com *–inh-/-zinh-;*de tipo qualitativo, e na qual o Locutor se apropria do mundo, através da posição assumida por este relativamente às propriedades do referente;
- **iii** o polo "Interlocutor" que dá conta das interações entre o Locutor e o Interlocutor; a este nível o valor do diminutivo estende-se a todo o enunciado, atribuindo-lhe um determinado sentido, enquanto ato de fala.

No polo "Interlocutor", o uso do diminutivo manifestaria a empatia do Locutor em direção ao Interlocutor e conivência lúdica. Os efeitos de sentido obtidos seriam então puramente pragmáticos. Os traços morfo-semântico-pragmáticos propostos por Dresler e Merlini Barbaresi (1994) estariam, assim, distribuídos por estes três níveis, situando-se o traço [não sério] no polo Interlocutor, hipótese também aceite por Fradin, que adianta, no entanto, a inexistência deste polo numa língua como o francês. O que nos leva a considerar este modelo como sendo mais universal e, contrariamente à abordagem Morfopragmática, a existência de uma relativa autonomia da dimensão pragmática na análise dos sufixos diminutivos.

2. Pragmática da Ironia verbal: o uso de palavras com avaliativos *–inh-/-zinh-*

A abordagem Morfopragmática dos diminutivos e os modelos pragmáticos da ironia verbal têm-se apoiado no conceito de Ato de Fala Indireto (Searle, 1979). Em primeira instância, um enunciado irónico pode ser considerado como um ato

de ala indireto[7], no qual o Locutor, ao dizer X, por exemplo (= *Se visses a casinha que o Pedro comprou*), está a dizer Y (= *Se visses a casa enorme que o Pedro comprou)*, isto é, o ato ilocutório Y (Ironia) é realizado indiretamente, através da enunciação X. O sucesso deste ato irónico depende da sua compreensão da apreciação irónica atribuída pelo Locutor por parte do Interlocutor. No exemplo dado, esta apreciação realiza-se através do marcador *–inha ,* identificado no item lexical 'casinha'.

A multiplicidade de significados de *–inh-/-zinh-* torna este recurso, no domínio da interação verbal, apto a contribuir para a condição de saliência, i.e. de marcador de sentido, ao transformar o enunciado num ato de fala ostensivo, no qual a interpretação irónica se obtém, de acordo com a conceção clássica da ironia, através do processamento da incongruência, ou seja, do contraste entre o que é dito (X) e aquilo que realmente é (Y), o seu oposto.

Para Kreuz & Link (2002), a ironia verbal contém geralmente uma apreciação negativa (depreciativa ou crítica). O Locutor irónico pode recorrer a uma expressão positiva para dar a entender uma avaliação negativa, a "ironia canónica", em (15), ou para, através de uma expressão negativa, dar a entender o seu inverso "positivo", ou "ironia não–canónica", como em (16):

(15) "ironia canónica"

a. Saíste-me um *bom amigo*! (=não muito bom)

b. Ela é mesmo um *anjinho*! (= pestezinha)

(16) "ironia não- canónica"

a. Ele foi *terrível* na prova! (= fantástico)

b. Sou muito *mazinh*a, não sou!? (= não sou mazinha)

7 Tanto Austin (1962) como Searle (1979) defendem que há vários tipos de ação humana que se realizam através da fala (atos de fala), distinguindo aqueles que se realizam 'diretamente' (atos de fala diretos), como o ato de 'ordem ou pedido' que se realiza através do enunciado 'fecha a janela", e aqueles, ditos "indiretos", quando a intenção do Locutor não é explicitada, e para realizar o mesmo ato recorre a enunciados como " está frio aqui", dando a entender o pedido para " fechar a janela". Este tipo de atos de fala, muito produtivos na vida quotidiana, exige o processamento do que é explicitamente dito e a capacidade de ir para além deste significado literal para perceber a intenção do interlocutor no contexto dado ou, por outras palavras, a capacidade de, simultaneamente, compreender o significado literal (aquilo que é dito) e não literal do enunciado (aquilo que se pretende dizer para além do dito). Uma explicação para o uso frequente deste tipo de atos é fornecida por Brown e Levinson (1987). Para estes autores, o recurso a atos indiretos deve-se ao cumprimento de regras do Princípio de Cortesia Linguística por parte dos falantes que, deste modo, procuram preservar a sua integridade individual e social. Os sufixos *–inh-/-zinh-* prestam-se também ao cumprimento de regras de cortesia, nomeadamente na formulação de pedidos (*É só um favorzinho/uma ajudinha/um jeitinho),* na expressão da modéstia (*É só uma lembrancinha!/um presentinho),* para minimizar potenciais agressões e conquistar a simpatia do interlocutor, como por exemplo antes da apresentação de um trabalho pouco preparado (*Desculpem qualquer coisinha),* ou ainda para expressar o reconhecimento do benefício de uma ação realizada por outra pessoa (*obrigadinho*).

Para além deste contributo, os autores, com base num estudo experimental, mostram a importância do conhecimento prévio e partilhado pelos intervenientes, ou *common ground*[8], no processamento de enunciados irónicos. Este conhecimento é a condição fundamental para o sucesso. A questão que se coloca é a de fornecer uma explicação sobre o modo de funcionamento deste ato de comunicação, no qual Locutor e Interlocutor agem sobre o significado 'literal', nomeadamente através de expressões lexicais em *-inh-/-zinh-*, afastando-se dele para obter, entre outros efeitos, o da ironia. Partindo do princípio que este recurso constitui um indício, uma pista da intenção irónica, trata-se, em pragmática inferencial, de fornecer uma explicação sobre o modo como se processa, ao nível do Interlocutor, a inferência do sentido irónico do enunciado do Locutor, com base em evidências/indícios por ele fornecidas.

2.1 Teoria *standard* clássica da construção do sentido irónico (Grice, 1975)

A abordagem de Grice (1975) tornou-se uma proposta fundamental e de referência para a análise da comunicação figurativa, ou não-literal, nomeadamente os estudos sobre o Humor e, em particular, a Ironia. Fundamentada na racionalidade humana, Grice oferece uma hipótese explicativa para os atos de fala indiretos, ao tentar preencher a lacuna entre o que os participantes dizem na conversa e o seu real significado. Para este autor, comunicar significa seguir o Princípio da Cooperação. Segundo este princípio, o que rege a comunicação humana é a cooperação. O ser humano interage essencialmente através da linguagem. As suas interações verbais caracterizam-se pelo esforço de dispensado no entendimento e na atribuição de um sentido aos enunciados. Na sua perspetiva, quem enuncia tem sempre uma intenção, um conjunto de crenças e de propósitos, que se manifestam na escolha dos recursos linguísticos. Durante uma conversa, ou interação verbal, tanto o Locutor como o Interlocutor ativam regras de cooperação mútua, ou as Máximas Conversacionais, com o propósito de imprimirem uma lógica ou uma coerência à troca de enunciados. Assim, para que haja entendimento, estas máximas subentendem a capacidade de gerar inferências por parte dos intervenientes. Na lógica da conversa, torna-se necessário, portanto, respeitar o conjunto de regras, indicado a seguir:

8 Teoria desenvolvida em psicolinguística por Herbert Clark (cf. entre outras publicações, Clark H., Schreuder, R., & Buttrick, S. (1983) e Clark, H. H., & Brennan, S. A. (1991)), na qual os participantes de uma conversa devem compartilhar o conhecimento de modo a serem compreendidos e a conversa ser significativa. Esta teoria está integrada no Modelo Colaborativo, o qual procurar explicar como as pessoas se coordenam para, numa conversa, construirem a referência (e dar sentido à conversa).

(17) "Máximas Conversacionais" (Grice, 1975)

a. Quantidade - Dar a informação necessária (nem mais nem menos)

b. Qualidade - Dizer a verdade e nunca o que se supõe ser falso

c. Relação - Ser relevante no que se diz

d. Modo - Ser breve e claro, evitando ambiguidades de expressão

Assim, ao fornecer mais ou menos informações do que é necessário, ao dizermos algo que sabemos ou acreditamos estar errado, ou algo que é irrelevante para o assunto da conversa, ou ainda se nos expressarmos de modo confuso ou ambíguo, em suma, ao violar as regras em (17), estamos a manifestar um comportamento não cooperativo e a pôr em causa o sucesso da conversa. O Locutor deve, portanto, empenhar-se em ser verdadeiro e relevante nos seus enunciados verbais. Por vezes, o Interlocutor, na interpretação que faz do que lhe é dito, pode ser levado a inferir um outro sentido, distinto da interpretação literal e convencional do enunciado. Este tipo de inferência é denominado por Grice de "implicatura conversacional". A violação de uma máxima e a produção de "implicaturas conversacionais" estão, deste modo, ancoradas no contexto de situação de fala. A proposta de Grice situa-se na perspetiva multidimensional do sentido, envolvendo a dimensão convencional e a dimensão contextual. Um enunciado produz sempre pelo menos dois sentidos: o da denotação e o da intenção comunicativa, o qual, em certos contextos, pode ter um conteúdo expressivo[9] (Foolen, 1997; Plotts, 2007), indutor de inferências.

No âmbito desta teoria, a ironia é entendida como a exploração da violação intencional da Máxima da Qualidade (cf. (17c.)), através de enunciados que afirmam o oposto do significado convencional, isto é, enunciados que acrescentam um sentido ao significado literal, sentido este que pode então ser representado pelo traço [não verdadeiro]. A ironia verbal faz parte da linguagem não-literal, e torna saliente a discrepância entre as expectativas e a realidade. A abordagem de Grice está enraizada na retórica clássica ao postular os sentidos figurativos, ou *tropos,* como violações à Máxima da Qualidade. O sentido da ironia, enquanto *tropo*, é o de expressar a oposição a um sentido convencional. Dito de outro modo, o sentido intencionalmente irónico do enunciado fornecido em (1), no início deste artigo, sendo altamente dependente do contexto, produz uma "implicatura conversacional", no qual o item *casinha* desencadeia a inferência (casinha = casa

9 A realização do ato irónico (*Que casinha, hein*!), tal como um ato expressivo, pressupõe não só a aceitabilidade de um enunciado (*A casa é grande*), cujo valor de verdade é partilhado com o Interlocutor, como também o juízo de valor acerca do efeito que este facto exerce sobre o Locutor, enquanto entidade afetada. Do mesmo modo, por exemplo, quando o locutor recorre a um enunciado com valor de agradecimento (*Obrigadinha*!), em confronto com a ausência de motivos para agradecer, procura expressar não só um não-agradecimento como também a sua reação ao comportamento do interlocutor.

grande), construída a partir do seu significado convencional de 'casa pequena', ou traço morfossemântico [pequeno], estendendo-se esta oposição figurativa a todo o enunciado.

O Princípio de Cooperação e a Ironia como violação da Máxima de Qualidade exerceram uma grande influência nos estudos pragmáticos sobre o Humor, de um modo geral, e da Ironia, em particular, sendo por isso considerados conceitos de referência, a partir dos quais se construíram outras propostas teóricas e modelos[10], considerados como abordagens pós-griceanas relevantes para a análise do ato irónico.

2.2 Abordagens pós-griceanas da ironia verbal

Tendo por referência o Modelo de Grice, a proposta da "Ironia como Negação Indireta" (Giora, 1995, 1997) defende que o enunciado irónico é caracterizado pela possibilidade de não ter um marcador explícito de negação, e pressupõe, tal como Grice, um sentido literal e um sentido intencional, não coincidentes. No entanto, contrariamente à abordagem de Grice, em que o sentido literal é rejeitado para apenas prevalecer o sentido intencional, na perspetiva defendida por Giora ambos os sentidos prevalecem. Se em Grice a ironia é vista como uma transgressão/violação de normas convencionais, nomeadamente da Máxima da Qualidade, em Giora, a Ironia é entendida como sendo um desvio às normas pessoais (do Locutor). Ainda por outro lado, contrariamente ao funcionamento binário da ironia de Grice, Giora contrapõe e concebe a ironia de forma gradativa, tal como explicitado em (18):

(18) Contexto: A senhora Maria é conhecida por ter mau carácter:

a. Tem mesmo uma *carinha de santa*!

b. Lá santa é que não é!.

c. É mesmo uma pessoa má!

Os enunciados, em (18), expressam formas gradativas da Ironia, desde o mais irónico (18a.) até à ausência de sentido irónico, em (18c.).

Na "Ironia como Pretensão" (Clark & Gerrig, 1984), também fundamentada nas ideias de Grice, o Locutor comunica uma apreciação sobre um determinada entidade, evento, propriedade, mas faz como se dissesse, isto é, pretende ser

10 O Princípio de Cooperação e a Ironia como violação da Máxima de qualidade foram ponto de partida para vários estudos sobre o Humor. De entres, destacam-se a discussão de Attardo (1993). Este autor propõe a expansão das Máximas Conversacionais de Grice, pela inclusão da Máxima da Inadequação. Na sua perspetiva, um enunciado irónico, tal como 'Já viste a *casinha* que o Pedro comprou!?' cumpre a Máxima da Inadequação, uma vez que, num dado contexto, é literalmente inadequado embora continue a ser relevante.

'ignorante' daquilo que é comumente aceite como verdade. O Interlocutor deverá descobrir a sua intenção, e ao descobri-la deverá, também ele, fazer de conta que é ignorante relativamente ao que a realidade é. Ao dizer, por exemplo, *Com esta chuvinha, vai ficar tudo alagado!*, o Locutor não está a realizar um ato de fala de asserção (afirmação), mas sim a fingir que o está a fazer, pretendendo ser alguém que não ele. Dito de outra maneira, o Locutor faz de conta que está a afirmar o conteúdo do seu enunciado. Para estes autores, o ato irónico tem sempre um alvo (*target*), sendo sempre de natureza avaliativa. O efeito irónico do enunciado acima indicado explica-se pela pretensão do Locutor em se mostrar incompetente relativamente ao tempo, fingindo ser incapaz de ver/saber que *chove muito*, pressupondo que o seu Interlocutor também tem essa mesma capacidade de pretender não ver. Esta aceitação por parte do Interlocutor do papel que lhe é atribuído conduz ao sucesso do ato irónico e, nesta perspetiva, a Ironia contem literalmente várias vozes, sendo resultado de um processo colaborativo.

A hipótese de "Ironia como Menção Ecoica" (Sperber & Wilson, 1981;1992; Wilson, 2006) está ancorada nos conceitos fundamentais de "uso", "menção" e "eco". O "uso" de uma expressão envolve a referência, ou seja aquilo (o referente) a que se refere. A "menção" consiste na referência da própria expressão (1981: 303) e o conceito de "eco" está relacionado, tal como na maioria das abordagens pragmáticas contemporâneas, com a intencionalidade. Qualquer enunciado acabado de transmitir expressa uma certa atitude, ou faz "eco de", produzindo um enunciado reativo ao primeiro. (1981: 306). Nos enunciados irónicos, o Locutor não faz afirmações mas sim expressa uma atitude, uma reação (por um dito) a um enunciado prévio (não dito), fazendo assim "eco" de um outro enunciado, através do qual "menciona" implicitamente o enunciado. Estes autores definem a ironia como uma forma de uso 'ecoico' (*echoic use*), ou seja, como um subtipo do uso interpretativo – ou uso atributivo. Um enunciado é usado descritivamente quando pretende representar um determinado estado de coisas; já no seu uso interpretativo, esta representação representa uma outra representação que se parece com ela. Esta última possibilidade inscreve-se na função atributiva da linguagem. A ironia verbal é, em última análise, "a tacitly attributive use of language" (Wilson, 2006: 1730).

Contrariamente à analise de Grice, na qual a ironia depende da competência do Interlocutor em reconhecer o contrário daquilo que o Locutor diz e interpretar o sentido irónico que lhe foi atribuído pelo Locutor, na perspetiva da ironia como "menção ecoica", o sucesso do enunciado, enquanto ato irónico, depende da capacidade do Interlocutor em reconhecer que o Locutor está a mencionar ou fazer

"ecoar" um outro enunciado, o qual representa o seu pensamento e a manifestação de uma atitude dissociativa (ceticismo, rejeição, gozo, zombaria, etc.) em relação ao enunciado efetivamente dito. Sendo assim, "the main point of irony is to dissociate the speaker from an attributed thought or utterance which she wants to suggest is more or less obviously false, irrelevant or under-informative" (Wilson, 2006:1730).

Nesta perspetiva, o Locutor, ao dizer "*A Ana é uma mosquinha morta*", pretende que o seu Interlocutor seja capaz de reconhecer o "eco" irónico deste enunciado "*A Ana é tudo menos uma mosquinha morta*", como atitude dissociativa, portadora de um juízo de valor depreciativo. A presença do sufixo *–inh-* e do seu traço morfopragmático [não sério] contribui para assinalar "algo que pode ser outra coisa" e que a situação de fala irá especificar como irónico.

Considerações finais

Na sua síntese sobre as teorias do humor, um fenómeno considerado muito complexo e multiforme, Krikmann (2006) refere que muitos investigadores optam por teorias mistas por acreditarem não ser possível uma descrição com base em apenas numa teoria única. Neste sentido, este artigo, e no que concerne o uso irónico de palavras com *–inh-/-zinh-* avaliativos, não só opta pela integração de vários contributos teóricos, como procura construir uma abordagem descritiva multidimensional, enquanto representação de um conjunto de conhecimentos e competências partilhados pelos falantes do português.

Num "evento de fala", especificado pela intencionalidade do Locutor em expressar e partilhar um juízo de valor depreciativo sobre um referente X, a presença de avaliativos *–inh-/-zinh-* num enunciado funciona como um dispositivo / gatilho / "eco" ou elemento-chave que (i) imprime proximidade/familiaridade com o Interlocutor, (ii) redireciona o enunciado para um outro enunciado [dito / não dito], cuja relevância obriga (iii) a raciocinar para (iv) reconhecer a bissociação / dissociação [sério / não sério] e a revelação de um sentido para o contraste com a realidade, tal como ela é tacitamente aceite. O funcionamento morfo-semântico-pragmático dos sufixos avaliativos *–inh-/-zinh-* com valor irónico resulta de uma atividade colaborativa, dependente de conhecimento partilhado e do consenso construído, no eixo Referência/Locutor/Interlocutor.

Bibliografia

Attardo, Salvatore, 1993, "Violation of conversational maxims and cooperation: the case of jokes", *Journal of Pragmatics* 19.6, pp. 537–558.

Austin, John, 1962, *How to do Things with Words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*, Oxford, Clarendon [Trad. francesa *Quand dire c'est faire,* Paris*,* Éditions du Seuil, 1970].

Brown, Penelope & Levinson, Stephen C., 1987, *Politeness: Some universals in language usage*, Cambridge, Cambridge University Press.

Clark, Herbert. H., Schreuder, R., & Buttrick, S., 1983, "Common ground and the understanding of demonstrative reference", *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, nº 22, pp. 245- 258.

Clark, Herbert H. & Gerrig, Richard J. 1984, "On the Pretense Theory of Irony", *Journal of Experimental Psychology: General* 113 (1), pp. 121–126.

Clark, Herbert H. & Brennan, S. A. 1991, "Grounding in communication", *in* L.B. Resnick, J.M. Levine, & S.D. Teasley (eds.) *Perspectives on socially shared cognition*, Washington, APA Books, pp. 127-149.

Dressler Wolfgang U. & Merlini Barbaresi, Lavinia, 1994, *Morphopragmatics. Diminutives and Intensifiers in Italian, German, and other Languages*, Berlin, Mouton de Gruyter.

Dressler, Wolfgang U. & Merlini Barbaresi, Lavinia, 2001, "Morphopragmatics of diminutives and augmentatives: on the priority of pragmatics over semantics", *in* I. Kenesei & R. M. Harnish (eds.) *Perspectives on semantics, pragmatics, and discourse*, Amsterdam, Benjamins, pp. 43-58.

Figueiredo, Ana Cristina, 2011, *Palavras d'aquintrodia (estudo sobre regionalismos madeirenses)*, Lisboa, Fonte da Palavra.

Foolen, Ad, 1997, "The expressive function of language: Towards a cognitive semantic approach", *in* Susanne Niemeier & René Dirven (eds.) *The language of emotions*, Amsterdam, Benjamins, pp. 15-31.

Fradin, Bernard, 2003, "Le traitement de la suffixation en –ET", *Langages*, 152, pp. 51-77.

Giora, Rachel, 1995, "On irony and negation", *Discourse Processes* 19, pp. 239-264.

Giora, Rachel, 1997, "Understanding figurative and literal language: The graded salience hypothesis", *Cognitive Linguistics* 7, pp. 183-206.

Grandi, Nicola, 2002, *Morfologie in contatto. Le costruzioni valutative nelle lingue del Mediterraneo*, Milano, FrancoAngeli.

Grice, Paul, 1975, "Logic and Conversation", *in* P. Cole & J. Morgan (eds) *Syntax and Semantics* 3: Speech Acts, Academic Press, New York, pp. 41-58.

Jurafsky, Daniel, 1996, "Universal Tendencies in the Semantics of the Diminutive", *Language*, volume 72, Issue 3, pp. 533-578.

Kennedy, Christopher, 2001, "Polar Opposition and the Ontology of 'Degrees'", *Linguistics & Philosophy* 24, pp. 33-70.

Kreuz, Roger J. & Link, Kristen E., 2002, "Asymmetries in the perception of verbal irony", *Journal of Language and Social Psychology* 21, pp. 127-143.

Krikmann, Arvo, 2006, "Contemporary linguistic theories of humour", *Folklore* 33, pp. 27-58.

Lakoff, George, 1987, *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago, University of Chicago Press.

Potts, Christopher, 2007, "The expressive dimension", *Theoretical Linguistics* 32, 2, pp. 165-197.

Récanati, François, 1987, *Meaning and force*, Cambridge, Cambridge University Press.

Rio-Torto, Graça, 1997, "Sistémica e pragmática dos sufixos avaliativos", *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. 21, pp. 203-228.
Rio-Torto, Graça, 2002a, "Classes morfológicas e tipologia derivacional", *Verba*, Vol. 29, pp. 353-364.
Rio-Torto, Graça, 2002b, "Flexão e derivação: simetrias e assimetrias". *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XXIV, pp. 253-289.
Rio-Torto, Graça, 2010, "Classes sufixais em inglês e em português: fundamentos e repercurssões", *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Vol. 5, pp. 113-143.
Searle, John R., 1979, *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press.
Silva, Pe Fernando Augusto da, 1950, *Vocabulário popular do Arquipélago da Madeira. Alguns subsídios para o seu estudo*, Funchal, Junta Geral.
Skorge, Sílvia, 1956, "Os sufixos diminutivos em Português", *Boletim de Filologia*, XVI, pp. 50-90, e pp. 222-305, XVII, pp. 20-53.
Sperber, Dan & Wilson, Deirdre, 1992, "On verbal irony", *Lingua* 87, pp. 53-76.
Sperber, Dan & Wilson, Deirdre, 1981, "Irony and the use–mention distinction", *in* Peter Cole (ed.) *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press, pp. 295-318.
Tovena, Lucia, 2010, "When small is many in event domain", *Lexis* 6, pp. 41-58.
Villalva, Alina, 2000, *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*, Lisboa, FCT/FCG.
Villalva, Alina, 2008, *Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta.
Villalva, Alina, 2009, "Palavras complexas complicadas", *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL* 7. 12, pp. 1-19.
Villalva, Alina, 2010, "Sobre a formação dos chamados diminutivos em Português Europeu", *Textos Seleccionados*, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, APL, pp. 787-793.
Wilson, Deirdre, 2006, "The pragmatics of verbal irony: Echo or pretence?", *Lingua*, nº 116, pp. 1722–1743.